

Diário Açores

07-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 3630

Temática: Justiça

Dimensão: 240 cm²

Imagem: N/PB

Página (s): 10

Van Dunem deixa mensagem de esperança na abertura do ano judicial

A ministra da Justiça deixou uma mensagem de esperança ontem, na abertura do ano judicial. Segundo Francisca Van Dunem, o país com os melhores do mundo tem de olhar para o que tem de melhor, mas tentar sempre aproximar a justiça que tem da que quer ter. Até porque a percepção do cidadão médio é a de que a Justiça não é igual para todos.

“Ao entrarmos neste ano de 2020, deixamos para trás uma fase dolorosa de enfrentamento de uma crise económica e social que afectou particularmente muitos países europeus meridionais”, começou, adiantando que ainda assim no sistema judicial se conseguiu “controlar os efeitos da crise”.

“Nos tribunais comuns o ano encerrou com números mais baixos do que os de 1996: menos de 800 mil processos, numa tendência consolidada de redução de pendências”, afirmou a ministra, acrescentando que 2019 acabou “com o sistema de justiça a responder melhor no plano da celeridade, com mais dinamismo, mais agilidade”.

E há mais sinais positivos, segundo a ministra. “Regoziamo-nos – e devemos fazê-lo – porque temos, seguramente dos magistrados mais bem preparados do mundo, no plano técnico-jurídico; porque os nossos advogados rivalizam com os melhores;

porque os nossos oficiais de justiça, solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais constituem uma referência para os seus pares”.

“Mas será talvez o momento de nos determos nas demais virtudes”, disse, porque nem tudo está bem.

“A percepção – ainda que não fundada – do mau funcionamento generalizado da justiça, pode operar como catalisador de pulsões autoritárias e autoocráticas”.

Van Dunem respondeu também às críticas relativas às medidas propostas para combater a corrupção, como a delação premiada, referindo que “na definição da estratégia nacional de combate à corrupção não se inscrevem nem a negação do princípio da legalidade nem a adesão de conveniência a modelos estranhos à tradição jurídico-penal portuguesa”.

Dirigindo-se a Marcelo Rebelo de Sousa, Francisca Van Dunem continuou, deixou uma garantia: “porfiaremos numa agenda política que não desiste de assegurar a efectividade da justiça para todos, em particular os cidadãos que integram grupos sociais mais vulneráveis: os idosos, as crianças e as mulheres vítimas de abandono e de violência; os adultos com capacidade diminuída; as minorias étnicas, os economicamente mais débeis, os reclusos”.